

AS MINORIAS E O RELATIVISMO ABSOLUTO

MINORITIES AND ABSOLUT RELATIVISM

Fausto Zamboni¹

RESUMO: A justificação intelectual da defesa das minorias, apesar de partir de uma atitude legítima, assentou-se frequentemente em bases teóricas inconsistentes que conduziram a resultados paradoxais. O relativismo, que – por sua própria natureza – não pode oferecer-se como uma alternativa de alcance universal, substituiu a discussão racional sobre a validade dos valores. Resta a exaltação irracional da unidade cultural, que pode provocar desde o racismo puro e simples até o fechamento da cultura em si mesma, imune à transformação e à crítica. O relativismo serve como uma ferramenta provisória para uma tentativa de compreensão imparcial de culturas alheias, algo como uma “suspensão da descrença”, como queria Coleridge, mas não pode aplicar-se ao valores positivos da própria cultura sem condená-la ao perecimento.

PALAVRAS-CHAVE: minorias, relativismo, valores, cultura.

ABSTRACT: The intellectual justification of the protection of minorities, although from a legitimate attitude, is based often on inconsistent theoretical grounds which leads to paradoxical results. Relativism, which – by its very nature – cannot offer itself as an alternative to universal importance, has replaced rational discussion about the validity of values. Remains the irrational exaltation of cultural unity, which can cause racism and the closing of the culture itself, immune to change and criticism. Relativism serves as a temporary tool to attempt a impartial understanding of other cultures, something like a "suspension of disbelief", as Coleridge wanted, but cannot apply to the positive values of the culture without condemning it to extinction.

KEYWORDS: minorities, relativism, values, culture.

INTRODUÇÃO

A proteção dos direitos e das condições de vida das minorias, perfeitamente legítima em si mesma, não raro assenta-se sobre bases intelectuais contraditórias e conduz a resultados completamente diversos do que se imaginava a princípio. A forma mais usual de fundamentar a defesa das minorias consiste em negar a existências de valores universais – e, com isso, quase toda a tradição intelectual do Ocidente – e exaltar o relativismo.

A fonte teórica do relativismo é a filosofia de língua alemã, desenvolvida sob forte

¹ Doutor em *Literatura e vida social* pela UNESP; professor de Língua e Literatura italiana pela UNIOESTE/Cascavel. E-mail: fausto_zamboni@yahoo.it

influência de Marx, Nietzsche e Freud. Essa herança cultural, rica em muitos aspectos, penetrou profundamente na cultura universitária, através da Escola de Frankfurt e dos discípulos franceses de Heidegger. O crítico e historiador Otto Maria Carpeaux destaca o seu caráter eminentemente crítico, que pode tornar-se problemático quando se transforma em afirmação de valores:

Lutero foi crítico da religião dos outros. Kant foi crítico das filosofias dos outros. Críticos; embora sempre com ímpeto religioso, são Hegel, Marx, Max Weber. O grande perigo inerente a esse movimento historicista é o relativismo [...] Essa ciência histórica não é perigosa, enquanto se observa sempre o seu caráter de crítica; só quando se chega a confundir a crítica dos valores com os próprios valores, então só há uma alternativa: dissolução completa ou um dogmatismo estéril. (CARPEAUX, 2005, p. 520).

É essa dissolução que verificamos, frequentemente, na cultura ocidental como resultado do ataque de multiculturalistas, pós-modernistas e adeptos do politicamente correto, que levam o relativismo histórico e cultural ao extremo e acabam por minar a legitimidade de suas próprias ideias.

A influência da filosofia alemã

O filósofo Allan Bloom notou que a influência da filosofia alemã provocou inúmeras transformações na mentalidade acadêmica e, conseqüentemente, no comportamento de várias gerações de estudantes. Vamos aqui resumir a sua análise, que não discute em profundidade esse legado, nem nega suas virtudes, mas sublinha um aspecto negativo para a educação, que é a desvalorização da tradição.

A tradição filosófica alemã é, diz ele, em certa medida hostil à democracia. Por um lado, temos o marxismo; por outro lado, a influência de Nietzsche. Essas duas correntes se juntam na primeira metade do século XX, especialmente na Escola de Frankfurt, acrescidas da influência da psicanálise freudiana, e são todas fortemente antitradicionalistas.

Marx rejeita a tradição filosófica precedente, teórica, apelando à ação; toda a atividade intelectual é rebaixada a um produto determinado pela infraestrutura econômica, mera legitimação ideológica das classes dominantes. Nietzsche, por sua vez, condena o legado grego e cristão, exprimindo o desejo de libertar-se do peso das tradições em favor do individualismo do

super-homem, acima do Bem e do Mal. Em certo sentido, esta filosofia é oposta ao marxismo. Freud, ao colocar a matriz do conhecimento humano no inconsciente (com o seu jogo de forças obscuras, movidas por impulsos sexuais), rebaixa a razão a uma justificativa posterior de impulsos irracionais.

Marx e Freud atacam a capacidade racional humana e a legitimidade do legado da tradição, supostamente viciado por determinantes econômicos ou sexuais, e Nietzsche libera a vontade humana para a autoafirmação. Marx e Nietzsche inspiraram os regimes comunista e fascista, os mais sangrentos da história humana, e uniram-se como fonte teórica comum na Esquerda, a partir dos teóricos frankfurtianos.

A isso, acrescenta-se a influência de Martin Heidegger (simpatizante do nazismo), talvez o filósofo mais influente do século XX. Ele foi mestre de Derrida, o criador do Desconstrucionismo, que declara a radical impossibilidade humana para o conhecimento da Verdade, reduzindo tudo a mero discurso. Não por acaso, uma das tarefas mais comuns dos intelectuais provenientes desta filiação é destruir – ou “desconstruir” – os mitos e os valores herdados da tradição, sem que esta admirável tarefa tenha produzido belos frutos para a cultura humana nas últimas décadas.

As transformações das ciências sociais, sob a influência de Max Weber, agravaram o quadro. Weber afirmava que os valores, que estão pressupostos na conduta humana, dirigindo-a, não são científicos. As ciências sociais, para ter caráter científico, deveriam afastar os valores. Isso era um problema para Weber, pois excluía das ciências sociais o que, talvez, era a sua parte mais importante; os seus discípulos, porém, aceitaram a distinção sem maiores preocupações, com inúmeras consequências prejudiciais.

O julgamento do Bem e do Mal – a moralidade – passou a ser considerada uma atividade subjetiva. A ciência assumiu a “iniciativa nobre de superar os nossos próprios valores em nome da verdade” (BLOOM, 1990, p.402), banindo o Bem e o Mal — os valores, enfim — do domínio das ciências e da razão.

A consequência foi que os valores, antes considerados a parte mais decisiva da ação, passaram a ser considerados como secundários. No campo político, o regime ideal seria aquele que tolerasse todos os valores, sem discriminação, para que os indivíduos os escolhessem livremente. A distinção entre valores bons e ruins passou a ser considerada “intolerância” e “etnocentrismo”.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

Devido à indiferença em relação ao Bem e o Mal, o *relativismo* de valores surgiu como uma forma de acomodação e superação das antigas preocupações, servindo de alívio às consciências, já que

a oposição entre o bem e o mal não é negociável e é causa de guerra [...] O relativismo de valores pode tornar-se como um grande escape da tirania perpétua do bem e do mal, com a sua carga de vergonha e culpa, e dos esforços infundáveis que a busca de um e o procurar evitar o outro impõem. Os intratáveis bem e mal causam infinita angústia — como a guerra e a repressão sexual — que quase instantaneamente se atenua quando se introduzem valores mais flexíveis. (BLOOM, 2001 p. 120).

A partir da nova perspectiva, qualquer um tinha direito de ter seus *próprios* valores, sem se sentir inferior, pelo contrário; a influência de Nietzsche legitimava a personalização dos valores, numa busca original sem angústias morais e escrúpulos racionais². Ainda que os valores não fossem objeto de estudo e de aprofundamento, cada um se sentia no direito de tê-los e exprimi-los. É a época da auto expressão, especialmente de extravagâncias e banalidades.

As novas gerações, a partir da década de 60, aceitando a distinção entre valor e fato, preferiram o valor ao fato, numa atitude abertamente antirracional. Os filhos e filhas de homens que haviam dedicado suas vidas à razão passaram a se dedicar às religiões orientais, às drogas e até à violência revolucionária.

Em certo sentido, esses estudantes estavam indo ao fim da estrada aberta por seus professores e pais, mas que estes próprios não tinham percorrido. Fenômenos como o uso de drogas não podem ser entendidos em meras bases sociológicas ou psicológicas. São consequências dos problemas do nosso pensamento. Se a razão é superficial, então o irracional deve ser cultivado para o enriquecimento da vida. (BLOOM, 1990, p. 404).

Essa valorização do irracional encontrou um poderoso reforço nas teorias do Dr. Freud. Se os valores precedem e dirigem o uso da razão, então é preciso investigar o subconsciente como a fonte obscura das nossas ações. Tendo decaído a confiança no uso da razão, resta o cultivo do Eu, que provém de origem obscura e não depende de exigências racionais. Fundada nesta base, o homem procura viver seus *próprios* valores, autenticamente, considerando como

² Tal atitude corresponde perfeitamente à caracterização da personalidade do homem-massa, por Ortega y Gasset (2002).

alienação viver de acordo com valores alheios – expressos nas leis, nas tradições, etc. A educação, então, “não deve impor valores sobre o estudante, mas deixar que seus próprios valores se desenvolvam e cresçam” (BLOOM, 1990, p. 405).

Tendo declinado da discussão objetiva sobre os valores, resta apenas a honestidade ou sinceridade da expressão do modo de vida. A intensidade do envolvimento e do comprometimento com os próprios valores torna-se a prova exterior da sinceridade, promovendo a valorização do fanatismo em detrimento da verdade. Criticando o burguês que só pensava em si, mas que tentava viver numa sociedade organizada, o novo homem foi além e exigiu total independência, como um deus. Politicamente, as consequências são nefastas: “se nem a razão nem a tradição podem trazer consenso, então a força do primeiro homem bem-dotado e dedicado o suficiente deve fazer isso” (BLOOM, 1990, p. 407).

Essa irracionalização se agrava, observa o historiador Johan Huizinga, por ser acompanhada pelo maior desenvolvimento das forças técnicas:

É evidente que a adoração da vida, originada pela irracionalização da cultura, não pode senão promover o culto do eu. Mas o culto do eu significa exasperação da ânsia de bem-estar terreno. Ora, se esta ânsia tem a seu dispor as ilimitadas possibilidades duma faculdade técnica altamente desenvolvida, o perigo inerente a todo o culto do eu será muitíssimo maior para a sociedade, visto que a realização desse desejo ardente de bem-estar conduz necessariamente à destruição do bem-estar dos outros. Pouco importa que a organização social da ambição de bem-estar material tome uma forma capitalista, bolchevista ou fascista. Efetivamente, supor que o coletivismo exclui o egoísmo é pensar muito superficialmente. (HUIZINGA, 1944, p. 186-187).

Pós-modernidade, multiculturalismo e politicamente correto

Certas características culturais da sociedade contemporânea – como a imigração e o contato constante entre pessoas de culturas, etnias e religiões diferentes – junto com as tendências filosóficas herdadas da Escola de Frankfurt, da filosofia da linguagem de Wittgenstein e dos discípulos de Heidegger formaram o terreno comum para o surgimento de teorias como estruturalismo e pós-estruturalismo, desconstrucionismo, análise lacaniana, feminismo, crítica

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

homossexual, crítica negra, etc., todas profundamente divergentes entre si, mas irmanadas no objetivo comum de destruir os estudos tradicionais, depósito de ideias ingênuas e repressivas.

A forma preferida para combater os *preconceitos* da cultura tradicional é a velha Erística, que, segundo Aristóteles (1987, 103b23), é uma técnica sofisticada por meio da qual o argumentador procura vencer um debate partindo de opiniões às quais ele atribui um consenso geral que, na verdade, não existe. Assim, o suposto *preconceito* é apresentado com uma formulação tão rígida que é fácil combatê-lo e destruí-lo³.

O multiculturalismo, segundo Roger Scruton (2007), preocupa-se com o tratamento legal e educacional das diferenças, uma vez que, nas nações ocidentais, a autoridade funda a sua estabilidade numa cultura majoritária, que lhe dá respaldo político. Ele visa à substituição desse fundamento, tomando como premissa fundamental o respeito à diversidade e a equivalência entre os diversos grupos. “No centro do *ethos* multicultural”, diz Roger Kimball (2009, p. 252), “está a ideia de que todas as culturas são igualmente valiosas e, portanto, que preferir uma cultura, uma herança cultural ou uma ordem moral e social à outra é ser culpado de etnocentrismo e racismo”. Nos Estados Unidos, o multiculturalismo gerou uma variante, o *politicamente correto*.

O reverso da moeda do multiculturalismo e do politicamente correto é o pós-modernismo, cujos defensores são adeptos do hedonismo cultural, da livre mescla e da experimentação, da degustação dos hábitos e pensamentos diversas culturas, que podem ser usados e depois descartados, como o vestuário que sai de moda. Não se enxerga, no fundo, nenhum valor nas culturas, pois todas se equivalem; nenhuma pode ser considerada superior às outras (FINKIELKRAUT, 1989).

A defesa dos direitos de cada grupo não apenas politiza excessivamente a vida acadêmica, mas introduz também um discurso vitimizador que exacerba as divisões e os ressentimentos. “Nossa recém-descoberta sensibilidade”, diz Robert Hughes (1993, p. 18), “decreta que só a vítima pode ser o herói”, cuja condição decaída advém do “fato de lhe ter sido negada a paridade com a Besta Loira da imaginação sentimental, o homem branco heterossexual de classe média”

³ Um exemplo dessa mentalidade está no livro *Cultura letrada: literatura e leitura*, de Márcia Abreu (2004). Ela combate os preconceitos da literatura erudita, especialmente as hierarquias e distinções valorativas – que seriam sempre parciais – desejando a convivência pacífica de todo tipo de leitura. O grande problema, aí, é a forma como ela combate os supostos preconceitos, simplificando-os exageradamente até à deformação.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

(HUGHES, 1993, p. 25).

A intelectualidade, concentrada na defesa da autoestima de cada grupo, de cada minoria, pueriliza-se⁴. “É como se todo encontro humano fosse um ponto sensível, erigido de oportunidades de involuntariamente distribuir, e receber, ofensas”, diz Hughes (1993, p. 25).

A politização⁵ incentiva a catalogação das obras conforme a filiação a que pertencem. Desta forma, o intelectual rompe violentamente com a tradição, adotando uma nova escala de valores, um novo ideal abertamente engajado e parcial que altera profundamente o significado da atividade intelectual. Julien Benda, no seu famoso livro *A traição dos intelectuais* (2007), considerou essa mudança como uma traição da missão intelectual. Para o escritor francês, a origem do fracasso do intelectual moderno é querer apresentar seus princípios como válidos na ordem prática, sempre contingente, trazendo consigo o prestígio da universalidade que era tradicionalmente atribuída aos intelectuais. Ao longo dos tempos,

a ação desses intelectuais permanecia sobretudo teórica; eles não impediram os leigos de encher toda a história com o ruído de seus ódios e de suas matanças; *mas os impediram de ter a religião desses movimentos, de acreditar-se importantes porque agiam para realizá-los*. Graças a eles, pode-se dizer que, durante dois mil anos, a humanidade fazia o mal mas honrava o bem. Essa contradição era a honra da espécie humana e constituía a fissura por onde podia se introduzir a civilização. (BENDA, 2007, p. 144).

Por trás da politização extrema da atividade intelectual está a crença de que todo

⁴ O cultivo ferrenho do amor-próprio e da autoestima não se adequa à imparcialidade requerida à prática intelectual. Roger Kimball (2009, p. 80) acredita que, para caracterizar esse estado de espírito “provavelmente a palavra mais generosa que se poderia propor seria adolescente – afinal, o que poderia ser mais adolescente do que esse espírito de desprezo misturado com um narcisismo quase cômico?”

⁵ Louis Althusser chegou à filosofia em sua tentativa de se tornar um militante comunista, tendo entendido que *a filosofia é fundamentalmente política* – mais especificamente, uma ferramenta da luta de classes. Marcuse diz que a liberdade do Ocidente é repressiva, produto de uma falsa consciência; a “tolerância libertadora significa intolerância contra movimentos de direita e tolerância a movimentos de esquerda” (apud KIMBALL, 2009, p.107). Marcuse sanciona “meios extralegais, se os meios legais se provaram inadequados” e até a “suspensão extrema do direito à liberdade de expressão e de agremiação [...] se toda a sociedade estiver em perigo extremo”. O único detalhe é que, segundo ele, a sociedade capitalista está em tal situação de emergência (KIMBALL, 2009, p.107). Frederic Jameson (1998, p. 70) confirma o caráter político dos *Estudos Culturais*, ao dizer que mais importante que a sua formulação rigorosa é a possibilidade de alianças sociais num contexto em que a nova direita combate estes estudos como *Politicamente Corretos*. Trata-se de uma visão anti-intelectualista, que não se preocupa em saber o que é, mas apenas reforçar as suas fileiras para combater o adversário. Não importa o que sejam os Estudos Culturais, desde que estejam alinhados com a esquerda.

pensamento humano é politicamente motivado. Como demonstrou Olavo de Carvalho, não se trata de um conceito rigoroso, mas de uma mera figura de linguagem que serve antes para confundir que para ajudar:

Todos os atos humanos, por definição, participam, em grau maior ou menor, de todas as dimensões não só da vida humana, mas da existência em geral. Nenhum participa delas todas no mesmo nível e com a mesma intensidade [...] A afirmação “Não há nenhum lugar dentro da esfera do pensamento que pode ser completamente neutro em termos políticos”⁶ é uma confusão primária entre gênero e espécie: entre a política como uma das dimensões gerais da existência e as várias disputas políticas em especial, historicamente existentes aqui e ali. Ainda que se aceitasse, *ad argumentandum*, a hipótese de que todos os atos humanos são políticos, isso não implicaria de maneira alguma a conclusão de que cada ser humano tem de tomar posição em todas as disputas políticas que se travam no seu tempo. A possibilidade mesma de tomar posição implica a seleção prévia de quais disputas são relevantes e quais são indiferentes ou falsas. A neutralidade ante uma multidão de questões políticas é não somente possível, mas é uma condição indispensável para a tomada de posição em qualquer uma delas em particular. (CARVALHO, 2011).

Um dos segredos do sucesso dos estudos críticos é que ele se adapta bem ao ensino massificado, liberando alunos e pesquisadores das dificuldades do estudo, permitindo-lhes adotar uma atitude maniqueísta que simplifica o julgamento, pois divide a “extensa república das letras em mocinhos e bandidos, e alivia o aluno do fardo da empatia imaginativa, das dificuldades da discriminação estética” (HUGHES, 1993, p. 98).

Uma das reações mais usuais dos grupos politicamente corretos consiste em mudar continuamente o termo que designa as supostas vítimas, na esperança de que a realidade acompanha a mudança⁷; como isso nem sempre acontece, é a língua que sofre as maiores desfigurações, perdendo a sua capacidade expressiva e banindo termos usados há muito tempo⁸.

Concede-se um espaço cada vez maior a temas que, tradicionalmente, estavam

⁶ No original, em inglês: “There is no such place in the realm of thought that can be fully neutral in political terms”.

⁷ Essa atitude é baseada na crença que não há separação entre o mundo e a linguagem e, portanto, a mudança da linguagem pode criar uma nova realidade.

⁸ Um exemplo é o termo “homofobia”, que significava, na linguagem médica, uma obsessão contra homossexualismo, causada pelo temor de que a própria pessoa fosse homossexual. Hoje, diz Hughes (1993, p. 26), essa palavra “é, indiscriminadamente, aplicada a qualquer um que demonstre a menor reserva [...] ou conteste (mesmo brandamente) qualquer reivindicação de direito especial (por mais extremo que seja) deles como grupo ou classe”.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

praticamente ausentes dos estudos literários, dentre os quais aqueles ligados à sexualidade, que se destacam pelo efeito destrutivo da sua crítica. Allan Bloom observa que as lutas contra o elitismo e o racismo pouco mudaram a relação dos estudantes com os livros, pois praticamente nenhum clássico é abertamente racista ou defensor da exploração dos mais fracos. Ao contrário: Erich Auerbach, no livro *Mimesis* (1971), demonstra que uma das constantes da literatura ocidental é o realismo de origem cristã que, pouco a pouco, elevou os “pobres e oprimidos” à condição de heróis literários. O feminismo mais radical, porém, rejeita por completo a tradição literária, por ter sido feita majoritariamente por homens.

A própria linguagem, declarou a professora Barbara Johnson (apud KIMBALL, 2009, p. 51), seria “estruturada como ginofobia”. Elaine Showalter, chefe de departamento da Universidade de Princeton, declarou que é preciso *cultuar* a diferença sexual como uma diferente forma de ler e escrever, culminando na criação de um *vernáculo feminino* (KIMBALL, 2009, p.52). Catharine Mackinnon, que declara ser a ciência um *método masculino*, com *critérios masculinos* de verificação; Sandra Harding chama os *Principia*, de Isaac Newton, de *manual para o estupro* (KIMBALL, 2009, p. 13). São denunciados males como o *sexo dicotomizado* e a *heterossexualidade compulsória*⁹ (KIMBALL, 2009 p.53).

O resultado desse programa, segundo o filósofo Thomas Short (apud KIMBALL, 2009, p.55), é que todos os cursos se tornam estudos sobre a opressão. Até o ato de ensinar deveria ser visto como um meio pelo qual a classe dominante reproduz relações de classe desiguais, na esteira de Bourdieu e Passeron, para quem toda ação pedagógica é uma imposição cultural e uma violência simbólica.

A impressão de que os teóricos do racismo exerceram um impacto menor do que o feminismo e o sexismo, contudo, não se sustenta bem, se dedicarmos ao fenômeno uma análise mais atenta. O racismo parece, à primeira vista, ter desaparecido como problema de grande magnitude, mas a própria existência do multiculturalismo e do politicamente correto revela que ele apenas se transmutou em reação desproporcionada e igualmente racista.

Os intelectuais continuaram o discurso nacionalista e racista que levou às catástrofes das guerras mundiais. Invertendo o ponto de vista e adotando a vitimização como atitude básica, eles continuaram a exaltar o apego ao particular e a difamar o sentimento do universal, cada um

⁹ Por R.L. Widman, da Universidade do Colorado, no encontro da Modern Language Association, em 1988.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

proclamando a alta moralidade do seu egoísmo, ou seja, da defesa da sua classe, partido, raça etc. Para compensar a descrença na existência da verdade e, conseqüentemente, no valor da própria atividade, os intelectuais se consolam, acreditando servir a uma causa nobre, e redobram o moralismo e a combatividade política.

A filosofia da descolonização¹⁰, ao querer revogar a tradição, coloca em seu lugar a autoridade indiscutível da cultura que, a partir dos tempos modernos, ocupava o lugar da religião “na realização dos valores supremos pelos quais a humanidade europeia se compreendia, se difundia, se identificava” (KUNDERA, apud FINKIELKRAUT, 1989, p. 120). Mas, como já se sabe, a valorização exacerbada da unidade cultural, combinada com a negação de valores universais, produz fenômenos como o nazismo e o fascismo: não havendo nenhum critério racional de arbitragem, resta a imposição, pela força, de uma cultura sobre as outras.

A filosofia da descolonização e o multiculturalismo, ao proclamar a inexistência de valores universais e absolutos, estão justificando, sem o saber, o racismo, pois negam a igualdade fundamental entre todos os homens. O combate ao racismo pressupõe a igual dignidade de todos os seres humanos, independente de cor, raça ou religião. Se as culturas são incomensuráveis, então a uniformidade da natureza humana é negada, e o racismo passa a ser não apenas inevitável, mas uma obrigação estrita de cada cultura, que deveria afirmar-se e defender-se da influência das outras¹¹.

A negação da identidade universal da natureza humana em nome da diversidade das raças e culturas faria destas o limite intransponível de todo conhecimento humano, justificando automaticamente, por exemplo, a incomensurabilidade entre uma “ciência judaica” e uma “ciência ariana” e descambando no racismo mais estúpido e truculento. *Tertium non datur*: ou existe uma natureza humana universal ou nada se pode argumentar contra o racismo exceto em nome de uma convenção cultural que, por sua vez, nada poderá alegar racionalmente contra culturas estranhas ou adversas que instituem uma convenção oposta. (CARVALHO, 2011).

¹⁰ Uso o termo, aqui, tal como o empregou Alain Finkielkraut, em *A derrota do pensamento* (1989).

¹¹ O horror à mistura é visível em muitos partidários da Ação Afirmativa dos negros americanos – nascida para combater o preconceito racial –, que condenam a miscigenação racial dos brasileiros. O cineasta Wesley Snipes, quando veio ao Brasil, criticou Pelé, por ter se casado com uma mulher loira.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

A própria possibilidade de estudar comparativamente as culturas, diz Carvalho, pressupõe a universalidade do critério comparativo, que abrange as culturas estudadas e não se reduz a nenhuma delas: “uma ciência não pode estudar culturas diversas e proclamar ao mesmo tempo que o faz desde preconceitos culturais sem fundamento científico nenhum” (CARVALHO, 2011.).

Com a voga do relativismo cultural, disseminou-se a ideia de que o indivíduo é um produto da sua cultura, da qual não pode se desvencilhar. O relativismo foi visto como um antídoto aos nacionalismos mais agressivos. O relativismo histórico acompanhou o relativismo cultural e, “a fim de purgar o presente de todo imperialismo cultural, os historiadores não desenrolam mais o fio do tempo”, fragmentando-o e nos impedindo de reconhecer a nossa imagem nos ancestrais. “Contrariando sua vocação milenar, que era de nos restituir a memória do nosso passado, eles o subtraem de nossa influência, marcam a cisão que nos separa dele, o mostram em sua alteridade radical” (FINKIELKRAUT, 1989, p. 73).

O conceito de momento histórico, porém, é demasiado vago: não há limites rígidos e preconcebidos que o determinem; o horizonte cultural varia muito de um indivíduo a outro, dependendo do esforço que faz para transcender o ambiente imediato. Como diz o filósofo Olavo de Carvalho,

Continuo sendo produto da cultura, mas não dessa cultura semanal; sou produto de uma cultura milenar, pois estou ante a presença de Platão e Aristóteles. Duvidosa e fantasmática é a presença dos que estão mergulhados nessa cultura Semanal. O único meio de se libertar é o acesso à alta cultura. Eis o meio de desaculturação: sair desta cultura limitada, temporal. Assim como existe um provincianismo geográfico, em que o sujeito só sabe daquilo que se passa numa área geográfica pequena (na cidade, no bairro ou na tribo), existe um provincianismo temporal, atualmente a influência mais poderosa que existe. É a moda da semana, é a invenção de ontem estampada nos jornais que se impregna em todas as almas; as pessoas vivenciam esses valores como algo que estivesse no coração delas desde o nascimento. (CARVALHO, 2009, p. 14).

E como poderíamos delimitar fronteiras, se não conhecemos nada para além delas? Não se pode delimitar uma época histórica sem ter em mente, de forma clara, as suas especificidades e as suas diferenças em relação às outras que a cercam; o que pressupõe, necessariamente, o conhecimento delas. Mas, admitindo-se que esse conhecimento seja possível, ele não estaria viciado pela nossa perspectiva? Só podemos sabê-lo pela comparação com outras perspectivas. O

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

problema, ao enunciar-se, já traz em si a sua refutação¹².

A afirmação de que o ser humano não pode subtrair-se à sua época e à sua cultura, se tomada em sentido absoluto, não é apenas contraditória em si mesma, mas não pode ser emitida sem condenar, no mesmo instante, a visão do seu próprio autor como histórica e culturalmente determinada e, portanto, sem validade universal. Como observou Carpeaux (1999, p. 520), a ciência histórica, quando confunde a crítica dos valores com os próprios valores, chega a uma “dissolução completa ou um dogmatismo estéril”.

Quando aplicada à educação, o conceito rígido de identidade histórica e cultural torna-se extremamente problemático. Para Pierre Bourdieu (1970, p. 22), “a seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária”, sem “nenhuma relação interna à natureza humana ou à natureza das coisas”¹³ e, portanto, o processo educativo é uma *violência simbólica*, impondo um complexo arbitrário de símbolos.

“Cultivar a plebe”, a partir desta perspectiva, passa a ser sinônimo, segundo Finkielkraut (1989, p. 76), de “empalhá-la, purgá-la de seu ser autêntico para preenché-la, em seguida, com uma identidade de empréstimo”. Nesta ótica, todo processo educativo que não fosse o reforço de uma suposta identidade cultural seria uma violência.

“Cultura e educação se interpenetram em simbiose, a cultura alimentando a educação, que se confirma como o meio por excelência de transmitir a cultura e, portanto, de promover e reforçar a identidade cultural” (apud FINKIELKRAUT, 1989, p. 98-99), foi dito na *Conferência sobre políticas culturais* da UNESCO, em 1982. A ideia de reforço da identidade cultural transforma a educação num beco sem saída, pois não há uma via de escape da cultura de origem; a educação não é concebida como uma possibilidade de se conquistar um campo que a transcenda, mas que a reforce. O governo de partido único, diz Finkielkraut, é a tradução política mais adequada do conceito de identidade cultural.

A “filosofia da descolonização”, como chama Finkielkraut (1989, p. 80) a esse complexo de teorias, quer restaurar a dignidade das outras culturas, reparar os erros de sua própria

¹² Não queremos dizer que temos um conhecimento límpido e certo do passado, pelo contrário; pretendemos, apenas, negar a impossibilidade radical de conhecê-lo.

¹³ Em francês, no original: “La sélection de significations qui définit objectivement l’aculture d’un groupe ou d’une classe comme système symbolique est *arbitraire*” [...] “aucune espèce de relation interne à la ‘nature des choses’ ou à une ‘nature humaine’”.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

civilização, proclamando a decadência dos valores universais. Ao querer fazê-lo, porém, assenta-se sobre bases contraditórias. Se verdadeira, ela exprime tão somente a visão de uma classe, em uma sociedade; seria apenas uma expressão cultural a mais, arbitrária, que não pode ter a pretensão de transmitir nenhuma verdade aplicável a todos os povos.

Todas as culturas “dignificadas” por esta filosofia proclamam, por sua vez, a existência de valores universais, e creem firmemente na superioridade da sua cultura em relação às outras. Se a “filosofia da descolonização” está certa, então ela afirma, implicitamente, a superioridade da cultura ocidental, que a originou, em detrimento das outras, que são incapazes de tamanho bom-mocismo.

Ortega y Gasset diria que a vontade de igualar todas as culturas assemelha-se a um “provincianismo universal”. Além do homem-massa, que se arroga no direito de defender a própria mediocridade como um valor positivo, teríamos agora a civilização-massa, imune à investigação crítica, fechada no seu modo de vida, mesmo que patentemente limitado.

Os grupos que se fecham na defesa de si mesmos e não aceitam a validade de qualquer crítica externa são profundamente reacionários; não admitem a possibilidade de melhoramento nem a ampliação de suas vivências e conceitos críticos.

Julien Benda acreditava que, ao negar a autonomia do espírito e a validade de valores universais, a Europa estaria com os dias contados¹⁴:

A Europa será um produto de vosso espírito e não um produto de vosso ser. E se vós me respondeis que não acreditais na autonomia do espírito, que vosso espírito não pode ser outra coisa senão um aspecto do vosso ser, então eu vos declaro que não fareis jamais a Europa. Pois não existe Ser europeu. (BENDA, apud FINKIELKRAUT, 1989, p. 126).

As consequências negativas do relativismo são visíveis, hoje, na Europa, que está em vias de islamizar-se em poucas décadas. Os muçulmanos, fugindo da opressão de suas terras, exigem direitos que são negados aos europeus autóctones, e conseguem cada vez mais espaços e

¹⁴ Essas contradições culturais que dividem a consciência do homem ocidental não passaram despercebidas pelos soviéticos, como confessou o ex-agente da KGB, Yuri Bezmenov (1983). O serviço secreto soviético fomentava as dissidências naturais presentes nos países capitalistas, para minar a fé dos seus habitantes num modo de vida fundado nas tradições judaico-cristãs e greco-romanas e para levar a civilização ocidental próxima ao colapso. Assim, seria mais fácil implantar uma nova ordem.

ISSN 1982-5935
revistatravessias@gmail.com

privilégios.

Enquanto os muçulmanos se reproduzem de forma abundante, são voluntariosos, acreditam firmemente na sua religião e na sua cultura – aceitando morrer por ela, se necessário – e não hesitam em criticar os costumes ocidentais, os europeus estão incertos quanto ao valor da sua cultura e da sua religião, evitam criticar abertamente os costumes islâmicos e não dariam a vida pelos seus valores. A escassa confiança na própria civilização alcança até o nível biológico: o instinto reprodutivo declinou, e não é suficiente para garantir a própria perpetuação.

É como se preferissem morrer confortavelmente, uma vez que tudo é relativo e não há valores pelos quais valha a pena lutar, além do próprio bem-estar. “Uma nação, uma coletividade humana vive e cria na plenitude de suas forças quando a impulsiona a fé em si mesma, o bom sentido e a beleza de sua vida cultural”, diz o filósofo Edmund Husserl (2002, p. 17)¹⁵. A consequência daquela filosofia da cultura, quando transformada em ação política, é a morte da cultura que se recusa a defender os seus valores positivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2004.

ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

¹⁵ Em espanhol: “Una nación, una colectividad humana vive y crea en la plenitud de su fuerza cuando la impulsa la fe en si misma y el buen sentido y la belleza de su vida cultural”.

TRAVESSIAS ED XIII

ISSN 1982-5935
 revistatravessias@gmail.com

- BEZMENOV, Yuri. *Palestra*. 1983. Disponível em:
 <<http://www.youtube.com/watch?v=GnCEhrpRNbk>>. Acesso em: 4 fev. 2011.
- BLOOM, Allan. *A cultura inculta*. Lisboa: Europa-América, 2001.
- _____. *Gigantes e Anões*. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris: Editions de Minuit, 1970.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaíos Reunidos*. v. I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. Otto Maria. *Ensaíos Reunidos*. v. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CARVALHO, Olavo de. *Contra o Bolchevismo de Direita (ou o Tradicionalismo de Esquerda). Debate com o filósofo russo Alexandre Dugin*. 4 jun. 2011. Disponível em:
 <<http://debateolavodugin.blogspot.com/2011/06/r4-olavo-port.html>>. Acesso em: 28 set. 2011.
- HUGHES, Robert. *A cultura da reclamação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *Nas sombras do amanhã*. Coimbra: Arménio Amado, 1944.
- HUSSERL, Edmund. *Renovación del hombre e la cultura*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002.
- JAMESON, Frederic; ZIZEK, Slavoj. *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- KIMBALL, Roger. *Radicais nas universidades*. São Paulo: Peixoto Neto, 2009.
- ORTEGA y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: www.ebooksbrasil.org. Acesso em: 3 jul. 2011.
- SCRUTON, Roger. Multiculturalism. In: *Dictionary of political Thought*. Hampshire: Macmillian, 2007. Verbete.